



INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

ATA DE REUNIÃO

Assunto:	Reunião Ordinária do Comitê de Governança Digital
Número:	03/2026
Realizada em:	12/06/2026 às 10:10hs
Local:	Sala de Reunião 26º andar
Participantes:	Alexandre Dantas Rodrigues – DIRPA Alexandre Lopes Lourenço – DIRMA Antônio Correa dos Santos Neto – CGPE Ana Paula Saraiva Melloni – CGTEC Claudia de Cassia Torres – COGEC Carlos Alexandre Fernandes Silva – CGDI Maria Eugenia Gallotti – CGDI Natália Pacheco Ribeiro – DISTI Natália Calandrini de Azevedo Ferreira – DIREX Paulo Henrique Caetano Teixeira – DIREX Tania Cristina Lopes Ribeiro – DIREX Victor Genu Faria – CGREC Soraya Sales dos Santos e Silva – DIRAD Pedro Calisto Luppi Monteiro Junior – COGEC Renato Padilha Barata – COPDE Rafael Gerardo Rodrigues do Nascimento – CGGOV Wallace de Aguiar Ferreira – CGTI
Notas:	Ana Carolina Santos de Souza – Grupo Tapevas

1. PAUTA

1. 7ª Revisão do PDTIC;
2. Plano de Dados e Inteligência Artificial;

2. ABERTURA

Iniciada a reunião às 10:10h, após conferência do quórum. A Sra. Tania Ribeiro, Presidenta do Comitê de

Governança Digital, anunciou a pauta da reunião e concedeu a palavra para o Sr. Wallace Ferreira, CGTI (Substituto), relator do tema “7ª Revisão do PDTIC”.

3. DESENVOLVIMENTO

O Sr. Wallace Ferreira, CGTI (Substituto), passou a relatar o primeiro assunto da pauta “*7ª Revisão do PDTIC*”, com a apresentação das premissas, destacando a priorização dos projetos relacionados às contratações em andamento, a otimização da gestão dos recursos da CGTI e o foco na entrega dos projetos já existentes. Informou, ainda, os principais riscos enfrentados pela área, dentre os quais se destacam a iminente saída de servidores para outros órgãos em razão de aprovação em concursos públicos e o surgimento de demandas externas não planejadas, que vêm impactando o roadmap previamente estabelecido. Na sequência, relatou que eventos recentes afetaram parcialmente o andamento dos projetos e dos sistemas institucionais, citando, como exemplo, um incidente de segurança que demandou esforços da equipe e ocasionou atrasos em algumas iniciativas. Ressaltou também estão sendo adotadas medidas relacionadas ao sistema Fale Conosco. Em relação aos projetos iniciados desde a última reunião, informou que foi iniciado o planejamento da contratação do novo firewall institucional, considerando que o contrato vigente se encerrará em 2027, de modo a evitar qualquer descontinuidade dos serviços. Destacou, ainda, o andamento da implantação dos novos monitores, que vem sendo realizada gradualmente, por área. Quanto às entregas realizadas, registrou a conclusão das seguintes iniciativas: ajustes nos sistemas para permitir a consolidação da adesão do INPI ao Acordo de Haia, em 19/03/2026; desenvolvimento de software de automação para revisão da qualidade dos exames de propriedade industrial, em 29/04/2026; contratação para aquisição de Switch SAN, em 14/04/2026; implantação da assinatura institucional de certificados e cartas, em 06/04/2026; contratação de pesquisa e aconselhamento em TIC (Gartner), em 24/03/2026; expansão das formas de pagamento para o perfil de procurador, em 27/03/2026; contratação da solução de suíte de escritório, em 16/04/2026; contratação dos certificados governamentais junto ao SERPRO, em 07/05/2026; e publicação do Plano de Continuidade de Negócios, em 10/04/2026. O Sr. Wallace Ferreira, CGTI, informou a conclusão do planejamento referente à contratação de licenças IDE de desenvolvimento e banco de dados com recursos de inteligência artificial, em 20/03/2026, bem como da solução de APM (Application Performance Monitoring), ferramenta destinada ao monitoramento das aplicações e da experiência do usuário. Esclareceu que a ausência temporária dessa solução foi percebida durante a semana, mas que sua recontração deverá ocorrer em breve, considerando a recente liberação orçamentária. Em continuidade, apresentou os projetos atualmente bloqueados, quais sejam: contratação de serviços de desenvolvimento, manutenção e sustentação de software; contratação de serviço de implantação do ITIL; automação, por meio de BPMS, dos serviços públicos da Academia do INPI; e estudo de viabilidade de novas soluções de virtualização. O Sr. Wallace Ferreira, CGTI, apresentou, ainda, proposta de bloqueio dos seguintes projetos: gestão de dados não estruturados, em razão da desistência do bolsista responsável; estudo da migração das aplicações e serviços do INPI para a nuvem, em razão da priorização do projeto de modernização; implantação de Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos, em razão da expectativa de desenvolvimento de solução pelo Governo Federal; manual de Fiscalização de Contratos de TIC, em razão da existência de iniciativa similar conduzida pela CENGE; e aprimoramento do sistema Fale Conosco, considerando a descontinuidade da solução atualmente utilizada. Esclareceu, ainda que, a proposta consiste em interromper os investimentos no sistema atual e concentrar esforços nas novas soluções que serão utilizadas de forma transitória, especialmente o módulo de Protocolo do SEI e o Fala.BR, até que seja definida uma solução definitiva. O Sr. Alexandre Lopes, DIRMA, manifestou preocupação quanto à capacidade do módulo de Protocolo do SEI em absorver o volume de demandas atualmente atendidas pelo Fale Conosco. Ponderou que a solução não lhe parece ideal, especialmente considerando a quantidade de processos que poderão ser gerados diariamente, e sugeriu que fossem consultadas as áreas que lidam diretamente com grande volume de atendimento. Acrescentou que, embora a utilização da solução em caráter emergencial seja inevitável, seria importante prospectar outras ferramentas disponíveis no Governo Federal, algumas das quais aparentam ser mais adequadas ao atendimento ao cidadão. Informou, ainda, que já havia solicitado a inclusão da demanda no PDTIC, a fim de permitir o início dos artefatos necessários para futura contratação. O Sr. Wallace Ferreira, CGTI, esclareceu que a CGTI não descartou a prospecção de outras ferramentas, mas que optou por aguardar a estabilização da solução emergencial antes de avançar em novos estudos. A Sra. Soraya Sales, DIRAD, complementou informando que, em nenhum momento, foi descartada a realização de estudo técnico para definição de uma solução permanente e viável. Destacou, inclusive, a necessidade de compatibilidade com recursos de inteligência artificial que permitam a automação de respostas. Ressaltou, entretanto, que qualquer nova implantação demandaria meses para sua conclusão, razão pela qual se faz

necessária a adoção de uma solução intermediária. O Sr. Alexandre Lopes, DIRMA, reiterou sua preocupação como volume de processos que serão gerados e capacidade das equipes em realizar a gestão e o acompanhamento dessas demandas dentro dos prazos estabelecidos. Apesar de reconhecer a necessidade de utilização da solução provisória, reforçou a importância de buscar alternativas com maior urgência. A Sra. Cláudia Torres, COGEC, informou que a CGTI permanece avaliando outras possibilidades e que o Sr. Marcus Vieira, CGTI, havia solicitado o levantamento de soluções disponíveis junto à Secretaria de Governo Digital (SGD). Esclareceu que as alternativas ainda estão em fase de amadurecimento e que, posteriormente, serão apresentadas ao Comitê. Informou também que vem atuando como ponto de contato junto à SGD para esse levantamento. O Sr. Alexandre Dantas, DIRPA, manifestou concordância com as preocupações apresentadas, destacando que as soluções atualmente em implementação não atendem integralmente às demandas anteriormente absorvidas pelo Fale Conosco. Ressaltou que os novos cenários apresentam maior grau de complexidade e que, embora seja importante implantar uma solução intermediária, também é fundamental manter a continuidade dos estudos para definição de uma solução definitiva. A Sra. Tania Ribeiro, DIREX, questionou se seria possível apresentar alguma definição na próxima reunião ordinária do Comitê. A Sra. Soraya Sales, DIRAD, informou que, ainda que não seja possível apresentar uma solução definitiva, será possível demonstrar o levantamento e o mapeamento já realizados até a data da próxima reunião. O Sr. Alexandre Lopes, DIRMA, ponderou que o prazo de um mês é excessivo diante da urgência da situação e defendeu que a discussão sobre alternativas seja tratada com prioridade, considerando o impacto direto sobre as atividades institucionais. A Sra. Cláudia Torres, COGEC, informou que uma das alternativas avaliadas seria solicitar à SGD a construção de um fluxo em BPMS, solução que não acarretaria custos financeiros para o Instituto. Mencionou também a existência de solução disponibilizada pelo SERPRO, já pronta para utilização, mas ressaltou a necessidade de alinhamentos quanto aos prazos de implementação. O Sr. Alexandre Lopes, DIRMA, observou que, mesmo quando realizado por terceiros, o desenvolvimento de sistemas costuma demandar tempo considerável. Em resposta, a Sra. Cláudia esclareceu que a implementação em BPMS tende a ser mais célere do que o desenvolvimento completo de uma nova aplicação. Alertou ainda, para possíveis impactos operacionais, incluindo pedidos de prorrogação de prazo e sobrestamentos processuais, que poderão refletir diretamente nos tempos de resposta e decisão do Instituto. O Sr. Wallace Ferreira, CGTI, esclareceu que a área de Tecnologia da Informação não possui entendimento definitivo acerca da inviabilidade do módulo de Protocolo do SEI. Informou que a intenção inicial era avaliar sua aderência às necessidades institucionais, especialmente considerando sua integração ao projeto SEI 5.0. Destacou que a solução foi considerada inicialmente como potencialmente adequada, razão pela qual não recebeu tratamento prioritário para substituição. Acrescentou que, a partir das decisões do Comitê e do levantamento de requisitos das áreas de negócio, serão realizadas novas análises sobre a melhor solução a ser adotada. A Sra. Ana Paula Melloni, CGTEC, relatou que participou de reuniões para avaliação do funcionamento do sistema e informou que o SEI possui recursos superiores ao Fala.BR. Contudo, destacou que seu uso apresenta limitações em relação ao acesso pelos usuários externos e aos fluxos de tramitação e resposta, tornando a comparação entre as soluções inadequada em alguns aspectos. O Sr. Alexandre Lopes, DIRMA, destacou como referência o modelo de atendimento adotado pela Receita Federal, destacando a condução orientada do usuário por meio de fluxos estruturados. Ressaltou que diversos órgãos com volume semelhante ao do INPI vêm sendo analisados, não apenas sob a perspectiva quantitativa, mas também considerando a complexidade das demandas atendidas. Reforçou que o Fale Conosco já apresentava limitações e que existiam iniciativas em andamento para seu aprimoramento antes da decisão de descontinuidade. O Sr. Wallace Ferreira, CGTI, ponderou que a descontinuidade da solução não estava prevista para ocorrer neste momento. O Sr. Alexandre Dantas, DIRPA, ressaltou que a interrupção do serviço tem gerado impactos significativos nos processos institucionais e na orientação aos usuários, defendendo a implementação célere de medidas mitigadoras. **O Comitê deliberou que, até a próxima reunião do CGD, agendada para o dia 03/07/2026, deverão ser realizadas tratativas junto às áreas envolvidas, com o objetivo de avaliar alternativas e apresentar proposta de solução para deliberação do colegiado.** Em continuidade à apresentação da 7ª Revisão do PDTIC, o Sr. Wallace Ferreira, CGTI, apresentou as alterações de prazos relacionadas às contratações e aos projetos em andamento. Informou que a *contratação do licenciamento Oracle Standard* sofrerá atraso de um mês, com previsão de conclusão em janeiro de 2027. Esclareceu que o adiamento decorre do subdimensionamento do planejamento das atividades da unidade DCONT. Na sequência, relatou que o projeto de *atualização da infraestrutura de VDI* terá seu prazo ampliado em sete meses. Esclareceu que a revisão da solução demandou reavaliação completa de sua arquitetura, especialmente em relação aos requisitos de segurança e à atuação da área de plataforma. Ressaltou que o VDI constitui atualmente uma das principais ferramentas utilizadas pela fábrica de software

do INPI, motivo pelo qual se tornou necessária a inclusão de recursos adicionais de segurança. Destacou que a ampliação do escopo e a maior complexidade técnica da iniciativa exigirão a alocação de recursos adicionais, impactando diretamente o cronograma inicialmente previsto. Em relação às alterações de prazo dos projetos, informou que o projeto “*Rastreabilidade dos Dados do Titular do INPI e Medidas Iniciais de Adequação à LGPD*” teve seu prazo reduzido em dois meses, em razão da migração de parte do escopo para o projeto de Registro de Referência, permitindo sua conclusão em dezembro de 2026. Quanto ao projeto de *Modernização da Base de Dados de Patentes*, informou a necessidade de ampliação do prazo em quatro meses, com previsão de conclusão em dezembro de 2026. Esclareceu que foram identificadas correções e atividades adicionais não previstas inicialmente, tornando o projeto mais complexo do que o estimado. Acrescentou que a iniciativa também foi impactada pela interrupção dos serviços relacionados ao sistema Fale Conosco, uma vez que outras aplicações compartilhavam a mesma infraestrutura, impossibilitando temporariamente a atuação da equipe técnica até a normalização do ambiente. O Sr. Alexandre Dantas, DIRPA, manifestou preocupação em relação ao atraso do projeto de Modernização da Base de Dados de Patentes, ressaltando seu impacto na atuação do INPI perante a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), especialmente no âmbito do Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT). Destacou que o projeto está relacionado ao atendimento da norma ST.36, que prevê a disponibilização do texto completo dos pedidos em formato pesquisável, compondo o conjunto mínimo de documentação exigido pelo PCT. Informou que o Instituto já se encontra em atraso em relação aos compromissos assumidos, uma vez que a disponibilização dos pedidos publicados deveria estar ocorrendo desde fevereiro de 2026. A Sra. Tania Ribeiro, DIREX, questionou quais seriam as possíveis consequências decorrentes desse atraso. O Sr. Alexandre Dantas, DIRPA, esclareceu que, em cenário extremo, o INPI poderia ter sua condição de Autoridade Internacional de Busca no âmbito do PCT questionada ou comprometida, em razão do não atendimento dos requisitos estabelecidos. O Sr. Wallace Ferreira, CGTI, esclareceu que parte do impacto observado decorreu da complexidade da demanda, inicialmente considerada mais simples, mas que evoluiu para um escopo significativamente mais abrangente. Acrescentou que também foi necessário direcionar esforços para o tratamento do incidente ocorrido no período, o que contribuiu para o atraso estimado em aproximadamente um mês. **O Comitê deliberou que o projeto de Modernização da Base de Dados de Patentes deverá ser concluído no prazo máximo de quatro meses, sem possibilidade de nova prorrogação, ficando estabelecida sua conclusão até outubro de 2026.** Prosseguindo com a apresentação, o Sr. Wallace Ferreira, CGTI, informou sobre o projeto referente ao *Plano de Gestão de Incidentes de Segurança da Informação e Privacidade*; esclareceu a necessidade de ampliação de um mês de prazo, passando a ter previsão de conclusão em junho de 2026. Esclareceu que a postergação decorreu da necessidade de adequação à agenda do Comitê de Segurança da Informação (CSI), uma vez que a atividade técnica já se encontrava concluída, restando apenas o cumprimento do rito formal de apresentação e apreciação pelo referido Comitê. Na sequência, apresentou a atualização referente à *Política de Governança de Dados do INPI*, cuja conclusão também foi prorrogada em mais um mês. Destacou que o prazo adicional foi necessário para a realização de alinhamentos finais decorrentes das manifestações da Procuradoria Federal Especializada (PFE), da Ouvidoria, do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais e da Presidência do Comitê de Governança Digital (CGD). A Sra. Cláudia Torres, COGEC, esclareceu que o processo já havia sido submetido à Procuradoria, à Presidência do CGD, ao Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais e ao Ouvidor. Informou que todas as manifestações foram recebidas e que os apontamentos realizados encontram-se em análise. Destacou que uma das sugestões apresentadas pelo Ouvidor consistia em novo encaminhamento à Procuradoria, para fins de verificar eventual conflito entre a Política de Governança de Dados e normativos relacionados à comissão responsável pelo tratamento de documentos sigilosos, especialmente em aspectos relacionados à governança de dados abertos e às atribuições do Executivo de Dados. Esclareceu, ainda, que a minuta do Decreto de Governança de Dados atribui ao Executivo de Dados a competência para coordenar a elaboração do Plano de Dados Abertos, enquanto a política em elaboração prevê apenas o acompanhamento desse processo. Ressaltou que a opção adotada decorre da inexistência, até o momento, de normativo vigente que atribua formalmente tal competência ao Executivo de Dados. Acrescentou que, caso o decreto seja publicado com a redação atualmente proposta, a política poderá ser posteriormente ajustada para refletir a nova atribuição. A Sra. Tania Ribeiro, DIREX, questionou se a questão apresentada possuía dúvidas de natureza jurídica ou operacional. A Sra. Cláudia Torres, COGEC, informou que realizaria análise detalhada dos normativos envolvidos para verificar a existência de eventual conflito. Esclareceu que, caso identificasse divergência relevante, buscaria os esclarecimentos necessários junto às áreas competentes antes de promover novo encaminhamento. Informou, ainda, que os apontamentos realizados pelo Ouvidor já haviam sido esclarecidos e compreendidos, restando

apenas o devido registro das informações no processo administrativo. Manifestou expectativa de que a publicação da política ocorresse até o final do mês. A Sra. Tania Ribeiro, DIREX, orientou que tais esclarecimentos fossem devidamente registrados no despacho processual, ressaltando que, na ausência de dúvida jurídica, não haveria necessidade de novo encaminhamento à Procuradoria. O Sr. Wallace Ferreira, CGTI, informou que o projeto de *implantação do SEI 5.0* terá necessidade de prorrogação de prazo por mais três meses em razão da identificação de problemas no ambiente de homologação e em componentes atualizados da solução. Apesar disso, registrou que a entrega permanecia prevista para o final de junho de 2026. Também informou que a solução destinada à substituição do sistema Fale Conosco, mediante utilização do módulo de Protocolo, mantinha a previsão de implantação para o dia 26 de junho de 2026. A Sra. Tania Ribeiro, DIREX, observou que a matéria deveria ter sido submetida à deliberação do Comitê anteriormente, uma vez que o prazo originalmente previsto era março de 2026. Ressaltou que alterações dessa natureza não deveriam ser implementadas sem prévia apreciação do Comitê. O Sr. Wallace Ferreira, CGTI, apresentou a atualização do projeto de *Migração do BDE Patentes*, cuja nova previsão de conclusão passou para novembro de 2027, em razão da identificação de novas telas e funcionalidades que deverão ser migradas. O Sr. Alexandre Dantas, DIRPA, questionou os impactos decorrentes da postergação do projeto. Em resposta, o Sr. Wallace Ferreira, CGTI, esclareceu que o principal impacto está relacionado à manutenção de estações de trabalho com sistemas operacionais antigos, especialmente Windows 7, necessárias para garantir a continuidade de funcionamento da solução atual. Informou que a conclusão do projeto permitirá a eliminação dessa dependência tecnológica e a modernização do ambiente. O Sr. Pedro Calisto, COGEC, complementou esclarecendo que os impactos são predominantemente internos à área de Tecnologia da Informação, não produzindo efeitos diretos significativos para os usuários finais. O Sr. Wallace Ferreira, CGTI, acrescentou que, para os usuários, a solução continua operando normalmente, sendo o principal benefício da migração a eliminação de tecnologias obsoletas da infraestrutura institucional. Em continuidade a apresentação, o Sr. Wallace Ferreira, CGTI, informou que em relação à *Política de Gestão de Registros de Logs de Auditoria*, e o projeto sofrerá atraso de quatro meses. Explicou que a implantação da solução de gerenciamento de logs precisou ser interrompida temporariamente, o que exigiu a reavaliação da política proposta. Relatou que o volume de registros identificados foi significativamente superior ao inicialmente estimado, demandando revisão da capacidade de armazenamento, dos critérios de retenção e da própria estratégia de gerenciamento dos logs. Destacou que a conclusão da política dependerá da finalização da implantação do gerenciador de logs e de sua posterior apreciação pelo CSI. Quanto ao projeto de implantação das *métricas no SISCAP*, informou que houve necessidade de acréscimo de um mês ao cronograma, em razão de o sistema ainda se encontrar em fase de homologação pela DIRPA. Em relação ao *Plano de Ação para o Eixo Estratégico de Dados e Inteligência Artificial do PDTIC*, informou que o tema seria tratado em item específico da pauta da reunião, ocasião em que seriam apresentados maiores detalhes. Por fim, apresentou atualização referente ao projeto de *Gestão do Conhecimento da CGTI*, informando que houve necessidade de readequação dos recursos disponíveis em razão da indisponibilidade do servidor responsável pela iniciativa, ocasionando atraso no cronograma de mais 5 meses. Ressaltou que os impactos decorrentes dessa postergação se concentram internamente na CGTI, sem reflexos diretos para as demais áreas do Instituto. A Sra. Tania Ribeiro, DIREX, alertou que a implementação de alterações de prazo sem prévia deliberação do Comitê não constitui prática adequada. Destacou que identificou pelo menos duas iniciativas cuja conclusão estava prevista para o mês corrente, indicando que as alterações já haviam sido executadas sem a devida apreciação pelo colegiado, apesar da realização de reuniões nos meses de março, abril e maio. A Sra. Cláudia Torres, esclareceu que verificaria especificamente a situação do projeto relacionado ao PDIA, pois entendia que o prazo adicional solicitado se referia ao período posterior ao mês de junho. Informou que realizaria conferência dos registros juntamente com a equipe responsável. **O Comitê aprovou as alterações de cronograma apresentadas, recomendando que, nas próximas revisões, todas as informações sejam apresentadas de forma clara, precisa e tempestiva. Ressaltou-se que eventuais alterações de prazo e escopo deverão ser submetidas à apreciação do colegiado no momento oportuno, de modo a assegurar a adequada governança e o devido acompanhamento das iniciativas estratégicas.** Na sequência o Sr. Wallace Ferreira, CGTI, apresentou as novas propostas de inclusão de demandas no PDTIC. A primeira proposta refere-se à implantação de *Ferramenta de Inteligência Artificial para apoio à classificação de pedidos de patentes*, contemplando a instalação local dos sistemas PATCAT e WIPO Translate, soluções baseadas em Inteligência Artificial disponibilizadas pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI/WIPO). Informou que as ferramentas têm como objetivo apoiar as atividades relacionadas à Classificação Internacional de Patentes (IPC), incluindo a sugestão de símbolos para classificação e reclassificação de pedidos, bem como a atribuição de processos às divisões de exame

competentes. Esclareceu que a justificativa apresentada pela área demandante se fundamenta na obsolescência das ferramentas atualmente utilizadas e na superioridade dos resultados apresentados pelo PATCAT. Ressaltou que as soluções oferecidas pela WIPO já se encontram em operação em diversos escritórios de propriedade intelectual, inclusive com testes satisfatórios realizados no idioma português. Destacou que a iniciativa está alinhada ao Objetivo Estratégico nº 1 do INPI e ao projeto estratégico de Exame de Patentes com Inteligência Artificial. Esclareceu que, embora não exista obrigatoriedade normativa para sua implantação, a demanda possui criticidade muito alta. A proposta prevê prioridade nº 109, início imediato das atividades de planejamento e prazo estimado de 24 meses para conclusão, considerando a necessidade de alinhamento com a área demandante, detalhamento do escopo, levantamento de requisitos e compreensão integral da demanda. O Sr. Alexandre Lopes, DIRMA, questionou se a complexidade da iniciativa justificaria o prazo estimado de 24 meses. O Sr. Wallace Ferreira, CGTI, esclareceu que a estimativa considera não apenas a complexidade técnica da solução, mas também a disponibilidade de recursos computacionais, especialmente das GPUs utilizadas nos projetos de Inteligência Artificial. Informou que tais recursos já se encontram priorizados para outras iniciativas relacionadas à área de patentes e que uma das unidades de processamento enfrenta limitações operacionais. Destacou que a inclusão imediata da nova demanda poderia impactar projetos já em andamento, razão pela qual a estratégia inicial consiste em avançar no detalhamento do escopo, análise de requisitos e planejamento da solução, deixando a fase de implementação para momento posterior, conforme disponibilidade dos recursos necessários. O Sr. Alexandre Dantas, DIRPA, manifestou expectativa de que o prazo estimado pudesse ser reduzido após aprofundamento das análises. O Sr. Wallace Ferreira, CGTI, ressaltou que um dos principais pontos a serem definidos pelo Comitê refere-se ao direcionamento da prioridade da demanda. O Sr. Alexandre Lopes, DIRMA, observou que a iniciativa está relacionada a um projeto já em andamento e que o principal gargalo identificado se refere à disponibilidade de recursos computacionais. Acrescentou que as demandas da área possuem utilização intensiva de Inteligência Artificial e, conseqüentemente, elevada necessidade de processamento em GPU para treinamento dos modelos. **O Comitê deliberou pelo registro em ata do alinhamento com a área demandante, com o objetivo de avaliar a possibilidade de redução do prazo estimado para implantação da ferramenta de Inteligência Artificial voltada ao apoio da classificação de pedidos de patentes.** Na sequência, o Sr. Wallace Ferreira, CGTI, apresentou a proposta de inclusão da demanda referente à *Contratação de Solução de Backup para Microsoft 365*. Informou que a iniciativa decorre da recente contratação da suíte Microsoft 365 pelo Instituto e tem por objetivo garantir a realização de cópias de segurança dos dados armazenados no ambiente de nuvem da plataforma. Esclareceu que, embora a Microsoft disponibilize mecanismos nativos de recuperação de informações, tais recursos possuem limitações quanto à granularidade e ao período de retenção dos dados, razão pela qual as melhores práticas de mercado recomendam a utilização de soluções especializadas de backup. Ressaltou, ainda, a importância de orientar os usuários para que informações consideradas críticas ou relevantes para as atividades institucionais também sejam armazenadas nos repositórios internos do Instituto, de forma a ampliar a segurança e a disponibilidade dos dados. Esclareceu que a solução de backup atualmente utilizada pelo INPI dispõe de módulo específico para integração com o ambiente Microsoft 365, permitindo a realização de cópias de segurança mais completas e adequadas às necessidades institucionais. Destacou que a demanda está diretamente relacionada aos objetivos de continuidade de negócios e proteção das informações corporativas. Quanto aos aspectos de planejamento, informou que a iniciativa possui alta obrigatoriedade e alta criticidade, tendo sido classificada com prioridade nº 21. Esclareceu que a execução será conduzida por servidor recém-integrado à COSEG, responsável tanto pelo planejamento quanto pela implantação da solução, sem impactos sobre os demais projetos em andamento na CGTI. Por fim, registrou que a previsão é iniciar os trabalhos após a aprovação da demanda, com conclusão da fase de especificação até dezembro de 2026 e término da implantação previsto para março de 2027. A próxima proposta referente à *Contratação de Certificados Digitais para o INPI*. Informou que, embora o contrato atualmente vigente permaneça válido até 2027, a quantidade de certificados inicialmente prevista mostrou-se insuficiente diante do aumento da demanda institucional. Relatou que o quantitativo remanescente é reduzido, restando apenas 19 certificados disponíveis para utilização, situação que pode comprometer principalmente os usuários do SISCAP, sistema que depende diretamente desses certificados para sua operação. Esclareceu que, para outros usuários, existem mecanismos alternativos de autenticação e assinatura digital, como o Gov.br. Contudo, destacou que, no caso dos usuários do SISCAP, a indisponibilidade de certificados digitais pode gerar impactos operacionais relevantes. Por essa razão, a CGTI vem priorizando a destinação dos certificados remanescentes a esses usuários e iniciou o planejamento de nova contratação para suprir a demanda futura. Informou que a expectativa é realizar a contratação junto ao SERPRO, considerando que os valores obtidos em proposta

institucional são significativamente inferiores aos praticados no mercado. Relatou que, após tratativas realizadas pela área responsável, foram recebidas propostas com preços compatíveis com a realização de contratação por dispensa de licitação, observados os requisitos legais aplicáveis. Destacou que a iniciativa também está vinculada aos objetivos de continuidade de negócios, em razão do impacto potencial sobre os serviços prestados pelo Instituto. Classificou a demanda como de alta obrigatoriedade e alta criticidade, atribuindo-lhe prioridade nº 28. Informou, ainda, que a condução da contratação ficará sob responsabilidade de servidor recém-integrado à COSEG, sem prejuízo das demais atividades da CGTI. Acrescentou que os trabalhos de planejamento já foram iniciados e que, considerando a possibilidade de contratação por dispensa, a expectativa é concluir o processo até março de 2027. Por fim, esclareceu que os recursos necessários para a contratação foram previstos na Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA), não sendo identificados impactos sobre outros projetos estratégicos da área de Tecnologia da Informação. O Sr. Victor Genu, CGREC, questionou se havia informação consolidada sobre a quantidade de usuários que ficaram sem certificados digitais em razão da limitação do quantitativo disponível. O Sr. Wallace Ferreira, CGTI, informou que não possuía, naquele momento, o número exato de usuários afetados. Esclareceu, entretanto, que a prioridade da CGTI tem sido garantir o atendimento aos usuários do SISCAP, em razão da dependência direta do sistema em relação aos certificados digitais. Informou que, atualmente, novas liberações estão sendo realizadas prioritariamente para esses usuários, enquanto os demais servidores podem utilizar alternativas de assinatura eletrônica, como a plataforma Gov.br, sem prejuízo da validade jurídica dos documentos assinados. O Sr. Alexandre Dantas, DIRPA, ressaltou que a ausência de certificados digitais pode inviabilizar a assinatura de pareceres e a utilização do SISCAP pelos usuários afetados. O Sr. Wallace Ferreira, CGTI, concordou com a preocupação apresentada e informou que a equipe já se encontra em tratativas com o SERPRO para antecipar a nova contratação e evitar eventual descontinuidade dos serviços. Acrescentou que o prazo apresentado para a contratação foi estimado de forma conservadora e que a expectativa é concluir o processo em período inferior ao inicialmente previsto. Esclareceu ainda que, até o momento, todas as solicitações recebidas foram atendidas. Contudo, informou que houve aumento significativo da demanda em decorrência do ingresso de novos servidores, volume superior ao estimado no estudo técnico preliminar que embasou a contratação vigente. Ressaltou que o contrato atual somente se encerraria no exercício seguinte, mas a necessidade de antecipação do novo processo de contratação decorre justamente do crescimento inesperado da demanda. Esclareceu que a CGTI mantém controle sobre todos os certificados emitidos e respectivos vencimentos, mas ainda não dispõe de cruzamento automatizado dessas informações com a relação de usuários do SISCAP, o que dificultava a avaliação precisa do impacto potencial. Comprometeu-se a realizar o levantamento detalhado para identificar possíveis riscos de descontinuidade. A Sra. Soraya Sales, DIRAD, sugeriu que fosse elaborado levantamento específico dos usuários cujos certificados digitais possuem vencimento previsto para os próximos meses, especialmente daqueles que utilizam o SISCAP, de forma a subsidiar o planejamento das ações preventivas. Na sequência, o Sr. Wallace Ferreira, CGTI, apresentou a demanda referente ao *Novo Ambiente para o Sistema Ágatha*, que consiste na disponibilização de um novo ambiente de cadastro da ferramenta, a ser iniciado do zero, mantendo-se o ambiente atual para fins de consulta e recuperação de informações históricas. Informou que a solicitação decorre da atualização da Cadeia de Valor e da Arquitetura de Processos do Instituto, circunstância que demandará a revisão dos planos de gestão de riscos já existentes e a elaboração de novos planos no Sistema Ágatha. Destacou que a iniciativa está alinhada ao Objetivo Estratégico nº 9, tendo sido classificada pela área demandante como de obrigatoriedade média e criticidade média, com prioridade nº 194. Entretanto, destacou que a CGTI ainda necessita realizar alinhamentos complementares com a área responsável, uma vez que a descrição da demanda não permite identificar com clareza quais serão as entregas efetivamente necessárias por parte da Tecnologia da Informação. Ressaltou que ainda não está definido se a atuação da CGTI limitar-se-á ao fornecimento de infraestrutura tecnológica ou se haverá necessidade de adequações adicionais, considerando que o Sistema Ágatha não é uma solução desenvolvida pelo INPI. Assim, destacou a necessidade de aprofundar o entendimento dos requisitos antes da definição do esforço, prazo e recursos necessários para atendimento da demanda. A Sra. Tania Ribeiro, DIREX, recordou que a questão já havia sido objeto de discussão no âmbito do CGI, ocasião em que foi deliberado pela manutenção da utilização do Sistema Ágatha, mediante disponibilização do respectivo código-fonte, afastando-se, naquele momento, a necessidade de substituição por outra ferramenta. Ressaltou, portanto, a importância de considerar as deliberações anteriormente adotadas durante a análise da nova solicitação. O Sr. Wallace Ferreira, CGTI, esclareceu que as informações constantes na demanda referente ao Sistema Ágatha não apresentavam detalhamento suficiente para permitir a adequada avaliação da atuação necessária por parte da CGTI. O Sr. Alexandre Lopes, DIRMA, observou que, atualmente, o Sistema Ágatha é utilizado

exclusivamente pelo INPI, uma vez que os demais órgãos que anteriormente utilizavam a solução deixaram de adotá-la. Em complemento, o Sr. Wallace Ferreira, CGTI, destacou que, independentemente da solução a ser adotada, seria necessário realizar adequações no sistema para atender às necessidades da área demandante. O Sr. Pedro Calisto, COGEC, informou que o Comitê já havia autorizado anteriormente a realização de manutenções e evoluções no Sistema Ágatha, de modo que a continuidade das adequações já se encontrava respaldada por deliberação prévia. Na sequência, o Sr. Wallace Ferreira, CGTI, apresentou a demanda referente à *Nova Estrutura da DIRPA*, que contempla alterações nos sistemas SISCAP, SINPI e na Rede Neural, visando adequá-los à nova estrutura organizacional da Diretoria. Informou que a iniciativa envolve a criação de novas divisões, respectivas telas, filas de trabalho, classificações e demais funcionalidades necessárias, bem como o treinamento da Rede Neural para permitir a redistribuição automática dos processos de acordo com a nova estrutura. Esclareceu que a justificativa da demanda está relacionada à reestruturação organizacional promovida na DIRPA, encontrando-se alinhada ao objetivo estratégico de aprimoramento e sistematização dos processos institucionais. Informou ainda que a iniciativa foi classificada pela área demandante com obrigatoriedade alta, criticidade média e prioridade nº 177. Ressaltou, entretanto, que a CGTI ainda não havia recebido a especificação funcional detalhada, necessária para subsidiar o planejamento da implementação. Informou que, com base nas informações preliminares disponíveis, estimou-se prazo de aproximadamente 18 meses para execução da demanda, considerando a necessidade de adequações nos sistemas envolvidos e na Rede Neural. O Sr. Alexandre Dantas, DIRPA, informou que a especificação da demanda já havia sido elaborada. O Sr. Wallace Ferreira, CGTI, relatou que havia conversado com o Sr. Douglas Bastos, DIPDI II, tendo recebido a informação de que a especificação detalhada ainda seria encaminhada à equipe técnica para análise e planejamento. Na sequência, esclareceu que a estimativa preliminar de prazo contempla aproximadamente quatro meses para as adequações no SISCAP, dois meses para as adequações no SINPI e cerca de doze meses para as atividades relacionadas à Rede Neural (Application Router), componente que concentra a maior parte da complexidade da iniciativa. O Sr. Alexandre Dantas, DIRPA, explicou que o projeto tem como principal objetivo permitir que o SISCAP reconheça as seis novas divisões criadas na DIRPA, associando corretamente tecnologias, processos e servidores às respectivas unidades organizacionais. Destacou que o sistema atualmente opera com apenas vinte divisões cadastradas, enquanto a nova estrutura da Diretoria passou a contar com vinte e seis divisões. Ressaltou ainda que, considerando as perspectivas de evolução tecnológica da área, a expectativa é que o SISCAP venha a ser substituído em prazo inferior aos dezoito meses inicialmente estimados. O Sr. Wallace Ferreira, CGTI, esclareceu que o prazo total apresentado não se refere exclusivamente às adequações do SISCAP, mas principalmente às atividades relacionadas à Rede Neural, incluindo sua parametrização, treinamento e adaptação ao novo modelo organizacional. Reiterou que as adequações nos sistemas corporativos possuem cronogramas significativamente menores, sendo a maior parte do esforço concentrada na evolução da solução de inteligência utilizada para classificação e distribuição dos processos. Prosseguindo com a apresentação, o Sr. Wallace Ferreira, CGTI, apresentou a demanda denominada *People Analytics*, que prevê a disponibilização de ambiente tecnológico para implantação de base de dados de Recursos Humanos, a ser estruturada por dois bolsistas contratados para a iniciativa. Informou que o papel da CGTI consistirá, principalmente, no atendimento às demandas técnicas que venham a ser identificadas pelos bolsistas durante a execução dos trabalhos, à medida que forem realizados levantamentos e consolidações de informações. Esclareceu que a iniciativa está alinhada ao Objetivo Estratégico nº 7 e ao Projeto Estratégico nº 7.16, possuindo obrigatoriedade média, criticidade média e prioridade nº 193. Destacou que foi adotado prazo estimado de onze meses para atendimento das demandas da área, considerando a natureza evolutiva da iniciativa e a dependência das atividades conduzidas pelos bolsistas. O Sr. Antônio Correa, CGPE, esclareceu que a entrega prevista para o exercício corrente não depende da implementação de nova solução tecnológica pela CGTI, uma vez que o primeiro produto de Power BI será elaborado por meio de recursos já disponíveis, utilizando planilhas eletrônicas e ferramentas atualmente acessíveis à área de Recursos Humanos. O Sr. Wallace Ferreira, CGTI, complementou informando que a CGTI já disponibilizou licenças e ferramentas de BI para suporte às atividades da equipe, não tendo sido identificada, até o momento, qualquer limitação que inviabilize a utilização das soluções atualmente disponíveis. O Sr. Pedro Calisto, COGEC, informou que havia alinhado previamente a questão com a área demandante, esclarecendo que a etapa inicial do projeto consiste na consolidação das bases de dados existentes, atividade que será conduzida pelos próprios bolsistas. A Sra. Soraya Sales, DIRAD, acrescentou que a área ainda se encontra em fase de levantamento das bases de dados necessárias ao projeto e que, somente após a identificação das informações relevantes e validação de sua adequação às necessidades da iniciativa, serão encaminhadas à CGTI solicitações específicas para integração automatizada dos dados. O Sr. Alexandre Lopes, DIRMA, observou

que o principal resultado esperado nesta etapa consiste justamente no mapeamento e na consolidação das bases de dados existentes. O Sr. Antônio Correa, CGPE, complementou informando que a versão integrada da solução constituirá uma evolução futura do projeto, prevista para etapa posterior. Na sequência, o Sr. Wallace Ferreira apresentou a demanda referente à *Implantação do Serviço de Conscientização em Segurança da Informação e Privacidade*. Informou que a ferramenta necessária já foi contratada e que a próxima etapa consiste na implementação das campanhas institucionais de conscientização e das ações previstas na política de segurança e privacidade. Relatou que já foi realizada uma avaliação inicial com o objetivo de estabelecer uma linha de base sobre o nível de conscientização dos servidores, permitindo a definição das ações educativas e de sensibilização que serão conduzidas ao longo do projeto. Esclareceu que a iniciativa será executada em conjunto com os demais atores envolvidos na temática, incluindo o Comitê de Segurança da Informação, os encarregados de privacidade e as demais áreas correlatas. Informou que o mesmo servidor responsável pela contratação da ferramenta passou a atuar também na coordenação da implantação da política e das ações de conscientização. Destacou que a demanda está alinhada ao objetivo estratégico de aprofundar a transformação digital com foco na melhoria do desempenho institucional, possui criticidade alta e será executada por servidor recém-integrado à COSEG, sem impacto sobre os demais projetos previstos no PDTIC. Informou que, considerando a ferramenta já contratada, a expectativa é concluir a implantação até dezembro de 2026. Em seguida, apresentou a demanda referente à *Contratação da Ferramenta VantagePoint*, encaminhada pela área responsável pelos estudos de prospecção tecnológica. Informou que a contratação visa garantir a continuidade do uso da ferramenta, atualmente licenciada por prazo determinado, bem como apoiar a elaboração, análise e validação dos artefatos necessários para viabilizar a contratação futura da solução. Esclareceu que a iniciativa se encontra vinculada ao planejamento estratégico institucional, possui obrigatoriedade alta, criticidade alta e prazo associado ao vencimento da licença atualmente vigente, previsto para dezembro de 2026. Informou ainda que a demanda recebeu prioridade nº 195 e que os prazos apresentados foram definidos pela própria área demandante. Por fim, apresentou a demanda denominada *Mapeamento de Competências*, proposta pela COGEP no âmbito de acordo de cooperação com a Universidade Federal do Pará, destinado ao mapeamento de competências dos servidores do INPI e ao atendimento das diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas. Informou que a iniciativa está alinhada ao Objetivo Estratégico nº 7 e ao Planejamento Estratégico Institucional, possuindo obrigatoriedade média e criticidade média. Contudo, esclareceu que não foi possível estimar prazo, esforço ou prioridade da demanda, uma vez que ainda não houve alinhamento com a área demandante para definição do escopo e da participação da CGTI no projeto. Ressaltou que a demanda foi recebida recentemente e que não houve tempo hábil para realização de reuniões que permitissem compreender adequadamente as necessidades envolvidas. A Sra. Tania Ribeiro, DIREX, questionou se a demanda possuía maturidade suficiente para ser submetida à apreciação do Comitê, considerando a ausência de informações essenciais para sua avaliação e eventual inclusão no PDTIC. A Sra. Soraya Sales, DIRAD, destacou que a especificação detalhada constitui elemento indispensável para compreensão do escopo e da participação da CGTI em qualquer demanda submetida ao Comitê. O Sr. Wallace Ferreira, CGTI, esclareceu que a solicitação foi encaminhada apenas na semana da reunião, não sendo possível realizar os alinhamentos necessários antes da apresentação ao colegiado. A Sra. Tania Ribeiro, DIREX, ponderou que não seria possível deliberar sobre demandas ainda incipientes ou sem escopo definido, recomendando que os alinhamentos necessários fossem realizados previamente e que a matéria retornasse ao Comitê quando estivesse devidamente amadurecida para deliberação. **O Comitê aprovou, por unanimidade, a inclusão das novas demandas no PDTIC, com exceção daquelas que ainda carecem de especificação detalhada e definição clara de escopo. Dessa forma, não foram deliberadas as demandas relativas ao Mapeamento de Competências, ao Novo Ambiente do Sistema Ágatha e à Nova Estrutura da DIRPA, devendo as áreas responsáveis realizar os alinhamentos necessários e apresentar informações complementares para futura apreciação do colegiado.** Em continuidade à apresentação, o Sr. Wallace Ferreira, CGTI, exibiu o quadro consolidado de acompanhamento das metas e ações previstas no PDTIC 2026. Informou que, no âmbito dos projetos do Plano de Ação do PDTIC (PaPDTIC), encontravam-se 26 projetos em execução, dos quais 10 já haviam sido concluídos. Quanto às contratações previstas no plano, registrou que 9 estavam em execução, com 6 já finalizadas. Em relação às contratações em fase de seleção de fornecedores, informou a existência de 12 iniciativas em andamento, das quais 7 já haviam sido concluídas. No tocante às políticas e normas institucionais, relatou que 11 iniciativas se encontravam em execução, tendo sido concluídas, até o momento, apenas 2. Na sequência, o Sr. Antônio Correa, CGPE, manifestou preocupação quanto à ausência, no relatório apresentado, da contratação simplificada referente aos serviços de consultoria técnica para a Central de Monitoramento do Plano de Ação. Informou que a área havia elaborado e encaminhado todos os

artefatos necessários, incluindo Estudo Técnico Preliminar (ETP), Termo de Referência (TR) e demais documentos pertinentes, os quais foram submetidos à apreciação da CGTI por meio de despacho encaminhado ao Sr. Marcus Vieira, CGTI. Acrescentou que havia sido orientado a aguardar a presente reunião para prosseguimento da avaliação da demanda. O Sr. Wallace Ferreira, CGTI, pediu desculpas pelo equívoco e esclareceu que, em conversa anterior, havia entendido que a iniciativa já se encontrava contemplada no PDTIC vigente, motivo pelo qual não a havia tratado como uma nova demanda. Informou que revisaria a documentação e realizaria nova verificação junto à área responsável, comprometendo-se a apresentar retorno sobre o tema. O Sr. Antônio Correa, CGPE, destacou a criticidade da demanda, esclarecendo que a Microsoft anunciou a descontinuação de parte da solução atualmente utilizada pela Central de Monitoramento, promovendo a migração da plataforma Project para o Planner. Informou que a área realizou estudos de mercado, consultas à Procuradoria Federal Especializada, à CGTI, à CGLI e demais unidades envolvidas, tendo identificado um risco significativo para a continuidade das atividades. Esclareceu que, em 30 de setembro de 2026, a Microsoft desativará a integração atualmente existente entre os projetos institucionais e o Power BI utilizado para acompanhamento estratégico. Ressaltou que essa integração alimenta painéis utilizados tanto internamente quanto externamente, inclusive para prestação de informações ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). Alertou que, caso nenhuma ação seja adotada até a referida data, haverá comprometimento da capacidade de monitoramento e gestão estratégica dos projetos institucionais. Informou ainda que a área identificou fornecedor apto a disponibilizar solução pronta para restabelecimento da integração em aproximadamente quatro semanas, atendendo integralmente aos requisitos técnicos, metodológicos e operacionais necessários. O Sr. Wallace Ferreira, CGTI, questionou se a migração seria realizada para a plataforma Planner. O Sr. Antônio Correa, CGPE, esclareceu que a migração para o Planner constitui apenas uma consequência da alteração promovida pela Microsoft, sendo que a principal necessidade consiste na implementação de nova solução de integração que substitua a ponte tecnológica atualmente utilizada e que será descontinuada. Ressaltou que todos os artefatos necessários já haviam sido encaminhados à CGTI para análise. A Sra. Tania Ribeiro, DIREX, observou que, naquele momento, o papel da CGTI seria apenas promover a inclusão da demanda no PDTIC como nova iniciativa, possibilitando posteriormente a definição de sua priorização. O Sr. Wallace Ferreira, CGTI, reiterou que havia entendido, inicialmente, que a ação já integrava o PDTIC vigente. A Sra. Tania Ribeiro, DIREX, questionou se, diante dos esclarecimentos apresentados, seria possível promover a inclusão da demanda no PDTIC e realizar posteriormente a respectiva priorização. **O Comitê aprovou, por unanimidade, a inclusão no PDTIC da demanda referente à Contratação Simplificada de Serviços Técnicos Especializados para Implementação de Solução de Integração e Automação do Gerenciamento de Projetos com a Plataforma Microsoft, ficando a CGTI responsável pelos procedimentos subsequentes de priorização e acompanhamento da iniciativa.** Na sequência, foi apresentada atualização sobre o *Plano de Dados e Inteligência Artificial*, cuja conclusão estava originalmente prevista para junho de 2026. A Sra. Cláudia contextualizou que a iniciativa decorre do Plano Estratégico de TIC (PETIC), elaborado em 2025, que estabeleceu o eixo estratégico de Dados e Inteligência Artificial com o objetivo de estruturar e qualificar os dados institucionais para viabilizar análises, automações e soluções baseadas em dados e IA. Esclareceu que o plano em elaboração também atenderá às exigências do futuro Programa de Governança de Dados do Governo Federal, atualmente em fase final de publicação, que prevê a existência de política, estratégia e plano de implementação contendo cronograma, responsáveis, indicadores, metas, recursos e riscos associados. Informou ainda que o documento passará a adotar a nomenclatura *Plano de Implementação do Programa de Governança de Dados e Inteligência Artificial (PGDIA)*, alinhando-se aos normativos e diretrizes federais em elaboração. Destacou que diversas iniciativas previstas no eixo estratégico já se encontram em andamento, incluindo projetos relacionados à modernização de bases de dados, gestão da qualidade dos dados, governança de dados, infraestrutura tecnológica e inteligência artificial. Ressaltou, contudo, que o trabalho envolve não apenas aspectos tecnológicos, mas também processos, pessoas, responsabilidades institucionais e mecanismos de governança. Informou que o PETIC prevê revisões periódicas sempre que ocorrerem mudanças significativas no ambiente institucional e que a recente revisão do planejamento estratégico poderá resultar em ajustes nos objetivos estratégicos relacionados ao tema. Além disso, a Secretaria de Governo Digital (SGD) anunciou a futura publicação de modelo e guia para elaboração dos planos de governança de dados, o que poderá demandar adequações ao documento em construção. Diante desse cenário, foi apresentada solicitação de prorrogação do prazo por três meses, a fim de possibilitar o amadurecimento das discussões, o alinhamento ao novo planejamento estratégico institucional e a adequação às orientações que serão publicadas pelo Governo Federal. Ressaltou que os trabalhos já se encontram em andamento, tanto na elaboração do documento quanto na execução das iniciativas

relacionadas à governança de dados e inteligência artificial. **O Comitê aprovou, por unanimidade, a prorrogação do prazo por mais 3 (três) meses para conclusão do Plano de Dados e Inteligência Artificial (PDIA).** O Comitê deliberou pelo encaminhamento dos temas “Apresentação dos Resultados do SID e SIA” e “Acompanhamento da Política de Uso de Inteligência Artificial” para a pauta da próxima reunião ordinária, ficando estabelecido que ambos serão apreciados como os dois primeiros itens da ordem do dia. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12:10.

DELIBERAÇÕES DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

CÓDIGO	DATA	TEMA	DELIBERAÇÕES
3RO.A	12/06/2026	7ª REVISÃO DO PDTIC	O Comitê deliberou que, até a próxima reunião do CGD, agendada para o dia 03/07/2026, deverão ser realizadas tratativas junto às áreas envolvidas, com o objetivo de avaliar alternativas e apresentar proposta de solução para deliberação do colegiado.
3RO.B	12/06/2026	7ª REVISÃO DO PDTIC	O Comitê deliberou que o projeto de Modernização da Base de Dados de Patentes deverá ser concluído no prazo máximo de quatro meses, sem possibilidade de nova prorrogação, ficando estabelecida sua conclusão até outubro de 2026.
3RO.C	12/06/2026	7ª REVISÃO DO PDTIC	O Comitê aprovou as alterações de cronograma apresentadas, recomendando que, nas próximas revisões, todas as informações sejam apresentadas de forma clara, precisa e tempestiva. Ressaltou-se que eventuais alterações de prazo e escopo deverão ser submetidas à apreciação do colegiado no momento oportuno, de modo a assegurar a adequada governança e o devido acompanhamento das iniciativas estratégicas.
3RO.D	12/06/2026	7ª REVISÃO DO PDTIC	O Comitê deliberou pelo registro em ata do alinhamento com a área demandante, com o objetivo de avaliar a possibilidade de redução do prazo estimado para implantação da ferramenta de Inteligência Artificial voltada ao apoio da classificação de pedidos de patentes.
3RO.E	12/06/2026	7ª REVISÃO DO PDTIC	O Comitê aprovou, por unanimidade, a inclusão das novas demandas no PDTIC, com exceção daquelas que ainda carecem de especificação detalhada e definição clara de escopo. Dessa forma, não foram deliberadas as demandas relativas ao Mapeamento de Competências, ao Novo Ambiente do Sistema Ágatha e à Nova Estrutura da DIRPA, devendo as áreas responsáveis realizar os alinhamentos necessários e apresentar informações complementares para futura apreciação do colegiado.
3RO.F	12/06/2026	7ª REVISÃO DO PDTIC	O Comitê aprovou, por unanimidade, a inclusão no PDTIC da demanda referente à Contratação Simplificada de Serviços Técnicos Especializados para Implementação de Solução de Integração e Automação do Gerenciamento de Projetos com a Plataforma Microsoft, ficando a CGTI responsável pelos procedimentos subsequentes de priorização e acompanhamento da iniciativa.

3RO.G	12/06/2026 6	PLANO DE DADOS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	O Comitê aprovou, por unanimidade, a prorrogação do prazo por mais 3 (três) meses para conclusão do Plano de Dados e Inteligência Artificial (PDIA).
-------	-----------------	--	---



Documento assinado eletronicamente por **WALACE DE AGUIAR FERREIRA, Coordenador(a) Geral Substituto(a)**, em 14/07/2026, às 16:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **TANIA CRISTINA LOPES RIBEIRO, Diretor(a) Executivo(a)**, em 14/07/2026, às 17:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANA PAULA SARAIVA MELLONI, Técnico em Propriedade Industrial**, em 14/07/2026, às 17:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RENATO PADILHA BARATA, Coordenador(a)**, em 14/07/2026, às 17:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **NATALIA PACHECO RIBEIRO, Chefe de Divisão**, em 15/07/2026, às 14:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **SORAYA SALES DOS SANTOS E SILVA, Diretor(a) de Administração**, em 15/07/2026, às 15:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **VICTOR GENU FARIA, Coordenador(a) Geral**, em 15/07/2026, às 18:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO CORREA DOS SANTOS NETO, Coordenador(a) Geral Substituto(a)**, em 16/07/2026, às 14:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE CAETANO TEXEIRA, Assistente**, em 20/07/2026, às 11:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **NATALIA CALANDRINI DE AZEVEDO FERREIRA, Assistente**, em 21/07/2026, às 11:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL GERARDO RODRIGUES DO NASCIMENTO, Coordenador(a) Geral**, em 21/07/2026, às 19:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE DANTAS RODRIGUES, Diretor(a)**, em 22/07/2026, às 17:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO CALISTO LUPPI MONTEIRO JUNIOR, Coordenador(a)**, em 12/08/2026, às 11:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIA DE CASSIA TORRES, Analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Propriedade Industrial**, em 12/08/2026, às 11:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.inpi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1522682** e o código CRC **0D0AD273**.
